

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

HÁ LUTA CONTRA O TERRORISMO DO ESTADO BURGUÊS



Protesto contra a operação policial que deixou mais de 119 pessoas mortas no Complexo da Penha, em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do Estado. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

A operação policial realizada em 28 de outubro nos Complexos do Alemão e da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, resultou oficialmente em 121 mortes, número que supera o massacre do Carandiru. O episódio, apontado por moradores como expressão de uma política de extermínio marcada por classe e raça, deixou corpos abandonados na mata, alguns com sinais de execução, e expôs famílias a dificuldades para reco-

nhecer e liberar seus entes no Instituto Médico Legal (IML). Moradores recolheram cerca de 70 corpos por conta própria e organizaram um reconhecimento informal na Praça São Lucas, produzindo imagens que chocaram o país, enquanto autoridades classificavam a ação como “vitória” e a utilizavam como parlance eleitoral. Após a chacina, e enfrentando as versões oficiais correntes na mídia burguesa, moradores

e familiares organizaram ao menos 3 atos de denúncia da violência policial na cidade – também replicados por todo o país – e passaram a se articular com redes de apoio a atingidos pela violência do Estado. Em todos eles a busca por informações e pela verdade, enquanto elementos centrais de combate ao terrorismo de Estado, se fizeram presentes em meio a dor da perda e da luta por dignidade na despedida de entes queridos. **pág 6**

Cúpula dos Povos entrega carta final à presidência da COP 30

pág 3



Foto: Jornal O Futuro

BOLSONARO PRESO:

Movimentos sociais pressionam nas ruas e Governador do Rio de Janeiro anuncia veto. **pág 4**

BANCO CENTRAL:

Política econômica segue prejudicando os trabalhadores enquanto protege investidores. **pág 8**

SALÁRIO MÍNIMO:

Governo Lula envia ao Congresso reajuste menor que o previsto. **pág 9**

FIM DO VESTIBULAR:

O escândalo do ENEM expõe modelo excludente de acesso ao ensino superior. **pág 12**

Editorial

Nem austeridade, nem conciliação!

Caminhamos para o fim de mais um ano marcado por uma profunda ofensiva burguesa não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Essa ofensiva é a expressão de uma conjuntura de mobilização de governos e instituições para aprofundar ajustes e atacar os direitos da classe trabalhadora. Expressão disso é a recente derrota do peronismo nas eleições legislativas argentinas, consolidando o projeto ultraliberal de Javier Milei, que tem fortalecido um laboratório regional de ataques econômicos e repressão política.

Um possível balanço inicial para o final de 2025 revela ainda mais elementos sobre aquilo que denunciávamos ao longo do ano: mesmo diante do agravamento das condições da classe trabalhadora, o governo opta pela austeridade. De outro lado, a prisão de Bolsonaro e aliados golpistas não conteve o avanço da extrema-direita, que segue operando como ala de choque da grande burguesia, enquanto o governo Lula-Alckmin reforça sua conciliação, enviando ao Congresso um reajuste do salário-mínimo menor que o previsto e aprofundando cortes orçamentários. A política econômica, guiada pelo Banco Central, reafirma seu papel: proteger os investidores e punir a classe trabalhadora, seja pela manutenção de juros altos, seja por chantagens que legitimam mais ataques.

As empresas, amparadas por esse ambiente, intensificaram sua exploração. O Nubank, símbolo do “novo capitalismo de liberdade”, impôs o retorno presencial e expôs a contradição entre a retórica da inovação e a prática de controle e precarização. No setor financeiro, o Banco do Brasil pressiona por aumento da jornada de trabalho, enquanto o Banco Central insiste em regras que sacrificam quem produz para garantir lucros recordes aos rentistas.

Mas 2025 também foi o ano em que a resistência mostrou sua força, ainda que de maneira desigual e fragmentada. As mobilizações dos trabalhadores contra a Reforma Administrativa reacenderam a luta por direitos e barraram parte da agenda mais agressiva. A denúncia dos moradores da Penha e do Alemão após a chacina histórica revelou, mais uma vez, que nas periferias brasileiras é necessário denunciar o terrorismo do Estado burguês e enfrentar a militarização a serviço do capital. No campo da educação, o escândalo do ENEM mostrou que a disputa não é apenas sobre fraude, mas sobre um modelo de ensino superior que tem como fundamento principal a exclusão de uma parcela significativa da sociedade.

O desafio colocado para 2026 é claro: somente a mobilização dos trabalhadores, de forma organizada, pode enfrentar o avanço da extrema-direita, a política de austeridade e o ataque coordenado da burguesia aos direitos sociais. A disputa real não se dará nos palcos eleitorais, mas nas ruas, nos locais de trabalho e estudo.

Internacional

Derrota do peronismo nas eleições legislativas consolida força de Javier Milei na Argentina



Foto: REUTERS/Cristina Sille.

Em menos de dois meses a Argentina viveu uma épica reviravolta eleitoral. Acuado por vários escândalos de corrupção e enfrentando protestos diários nas ruas, o governo ultraliberal de Milei, em 7 de setembro, sofreu uma contundente derrota nas eleições legislativas da Província de Buenos Aires, a maior do país. O seu partido, o LLA (La Libertad Avanza), ficou 14% atrás do peronismo representado pela legenda Fuerza Patria. Uma nova derrota nas eleições legislativas nacionais de 26 de outubro parecia certa, mas o LLA virou o jogo e obteve uma vitória por 7% de margem, soterrando o peronismo.

O governo “libertário” de Milei é o experimento neoliberal mais radical na América Latina desde a ditadura de Pinochet no Chile e conta com um apoio amplamente majoritário na classe dominante argentina e também do imperialismo. O governo estadunidense de Donald Trump ofereceu uma ajuda financeira de US\$ 20 bilhões ao país, condicionada a uma vitória eleitoral de seu aliado em outubro. Essa promessa ajudou a conter a queda do peso argentino frente ao dólar e deu ares de credibilidade ao discurso de campanha terrorista do LLA de que a escolha era entre o mileismo e um novo colapso da economia como o de 2001.

Estaria se consolidando na Argentina uma hegemonia política da extrema direita “libertária”? Não é bem assim. Tanto as urnas como todas as pesquisas de opinião apontam que o programa ultraliberal e antipopular do atual governo tem o apoio de mais ou menos um quarto dos argentinos. Se analisamos os resultados eleitorais de outubro, dos 36 milhões de eleitores aptos a votar, 12 milhões se abstiveram ou votaram branco ou nulo, 9 milhões votaram no LLA, 7,7 milhões no peronismo, 1,9 milhões na coligação centrista Provincias Unidas, 900 mil no FIT-U (Frente de Izquierda y de Trabajadores – Unidad, esquerda radical) e o restante em uma miríade de partidos menores. Duas coisas devem ser destacadas. A abstenção foi a maior desde o fim da última ditadura, apesar do voto obrigatório e da polarização causada por Milei. E o crescimento eleitoral do “libertarismo” aconteceu às custas da direita tradicional, principalmente o macrismo, absorvido pelo LLA de Milei em sua coligação eleitoral.

A classe trabalhadora e o povo resistem como podem aos ataques do governo e conseguiram algumas vitórias nessas lutas, como derrubar o veto de Milei a uma lei que garante o pagamento de pensões públicas para pessoas descapacitadas, depois de muita pressão das ruas sobre o Parlamento. No entanto, tanto a institucionalidade, no Legislativo e no Judiciário, como a central sindical CGT, vinculada ao peronismo, mantém uma atitude conciliatória ou mesmo cúmplice frente aos abusos do “libertarismo” instalado na Casa Rosada, sede do Executivo argentino.

Outro fator que facilita a vida de Milei é a crise do peronismo, que se insere na crise mais ampla do progressismo latinoamericano em geral, incapaz de romper efetivamente com o neoliberalismo e que cada vez mais se limita a ser um gestor “mais humano” desse mesmo modelo concentrador de riqueza e renda e gerador de desigualdade. O governo peronista anterior a Milei, o de Alberto Fernández, foi como uma síntese dessa dinâmica. Durante quatro anos cumpriu fielmente a cartilha de austeridade a pretexto de que a dívida de US\$ 50 bilhões contraída por Macri junto ao FMI em 2018, um ano antes das eleições, não lhe deixava outra alternativa. O resultado foi o descrédito do peronismo e a ascensão de Milei.

A próxima batalha da luta de classes na Argentina vai ser contra a reforma trabalhista proposta pelo governo, que entre outras coisas permite jornadas de trabalho de até 12 horas diárias e elimina ou restringe diversos direitos, inclusive o de greve. No embalo das lutas sociais, a esquerda radical experimenta um crescimento eleitoral e também na sociedade, mas está ainda distante de ser uma alternativa de poder. O fato é que existe uma grande bronca acumulada entre os trabalhadores e as massas populares contra o “libertarismo” mileista. Se essa bronca vai ser canalizada politicamente em um projeto de esquerda antagônico ao neoliberalismo, se vai ser direcionada apenas eleitoralmente em favor do peronismo nas eleições presidenciais de 2027 ou ainda se vai simplesmente explodir em uma onda de revolta popular espontânea como já se viu outras vezes na História recente da Argentina, só o futuro dirá.



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Política

Cúpula dos Povos entrega carta final à presidência da COP 30

O documento denuncia a financeirização da natureza, mas evita temas centrais como o mercado de carbono, políticas do governo Lula e contradições internas do ambientalismo institucional.

Em 16 de Novembro, no âmbito do encerramento da programação da Cúpula dos Povos, que reuniu, desde o dia 11, lideranças, organizações da sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) e partidos políticos em paralelo à COP 30, grupos de trabalho sintetizaram uma carta final que foi entregue a André Corrêa do Lago, presidente da Conferência das Partes (COP30). Também estavam presentes a Ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva, a Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara e o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos.

A Carta da Cúpula dos Povos apresenta denúncias relevantes em torno do que os movimentos sociais vem chamando de "capitalismo verde", especialmente no que diz respeito à financeirização da natureza. Esse aspecto também foi evidenciado ao longo do evento nas falas de inúmeras lideranças da luta ambiental e pela terra. Contudo, as críticas colocadas na carta às políticas de capitalismo verde permanecem parciais: afirmam que é necessário combater as falsas soluções de mercado, mas não especificam quais são elas. Nota-se que nem mesmo o mercado de carbono – uma das principais e mais danosas dessas soluções – chegou a ser citada. Essa omissão se explica, em parte, pelo fato de que muitas das ONGs que financiaram o evento da Cúpula, sobretudo a World Wide Fund for Nature (WWF), fazem parte do próprio mercado de carbono e atuam para que comunidades aceitem projetos ligados a mecanismos como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) e suas variantes. Sob o pretexto de democratizar tais "acordos", elas buscam traduzir as regras para a realidade dos povos indígenas em uma tentativa de apresentar os contratos como transparentes.

Essas organizações, portanto, buscam expandir o mercado, atuando para que este se torne mais "democrático" e transparente e que as comunidades indígenas façam os acordos diretamente, sem a interferência de governos estaduais com seus diversos interesses, atual realidade desse setor, onde os acordos acontecem entre governos e empresas sem a consulta aos povos diretamente afetados. Essa visão é comum no ambientalismo liberal: reconhecer problemas, mas propor apenas ajustes supostamente democratizantes, e não o enfrentamento estrutural da financeirização da natureza. A carta também não defende o fim do Fundo de florestas tropicais (TFFF) de Lula, apesar de combater a financeirização, diz que projetos



Foto: Jornal O Futuro

desse tipo devem ser democratizados. Uma proposta parecida com a que as ONGs defendem em relação ao Mercado de Carbono.

A carta, mesmo mencionando os países imperialistas – como Estados Unidos da América e seus aliados europeus –, não explicita como essas falsas soluções, como Mercado de Carbono, são instrumentos diretos do imperialismo contemporâneo.

Da mesma forma, não há qualquer análise da conjuntura nacional. Embora critique processos estruturais dos governos do mundo, o texto evita mencionar o governo brasileiro. Movimentos e setores governistas – como MST, MAB e outras organizações da frente popular – monopolizaram a escrita da carta evitando críticas ao governo Lula. Questões centrais foram omitidas: a aprovação, em 2025, do chamado PL da Devastação (2159/2021) que marca o maior retrocesso ambiental do Brasil dos últimos anos com aval do governo Lula, que não alterou o núcleo do projeto, que viabiliza grandes investimentos; A proposta de liberação acelerada de projetos de mineração, inclusive em terras indígenas pelo STF (citar leis); e à manutenção do marco temporal (Lei 14.701/23), sancionado no próprio governo Lula.

Também não há referência do papel do governo Lula-Alckmin acerca da aprovação da exploração de petróleo na Foz do Amazonas e em novos blocos na região Norte, como em Rondônia. Do mesmo modo, a Carta trata a questão ambiental de forma separada da eco-

nômica, e não interliga a exploração de novos blocos de petróleo com a desnacionalização do setor de petróleo e a privatização de refinarias e a venda da Petrobrás. Ainda que critique a privatização de empresas e serviços, não cita quais setores estão sendo privatizados e a atuação do governo Lula nisso.

Outro ponto ignorado é o processo de privatização das hidrovias, rios e rodovias – muitos deles lançados ou aprofundados recentemente, incluindo hidrovias nos rios Madeira, Tocantins e Tapajós, e novas propostas anunciadas durante a COP, como a nova hidrovia do rio Negro.

Assim, tudo o que envolve a política interna brasileira – ações diretas do governo nos territórios – é deixado de lado, como se o país estivesse apenas sob ataque externo. Não há nenhuma referência à atuação do governo Lula e seus ministros como agente da burguesia nacional e internacional.

Também não são mencionados os fundos verdes, como o fundo Amazônia, que funciona como uma forma de "licença" para que países imperialistas mantenham suas práticas de exploração.

No campo agrário, o documento limita-se a defender a Reforma Agrária, sem reconhecer que, nos moldes institucionais existentes, ela não é capaz de enfrentar a crise climática. A simples destinação de terras improdutivas não altera a estrutura fundiária brasileira.

Nesse sentido, é necessário ir além: nacionalizar a terra e todos os minerais estratégicos, incluindo as

terras raras essenciais para a transição energética. Esses recursos, cobijados e hoje explorados por diversos países imperialistas, devem ser protegidos do processo de espoliação atualmente em curso.

Na questão agrária, a terra, segundo essa perspectiva, deve ser utilizada de forma coletiva; e isso implica expropriar não apenas áreas improdutivas, mas também as terras produtivas concentradas pelo latifúndio – onde menos de 1% dos módulos fiscais concentram quase metade das terras agricultáveis do país.

Por fim, no discurso de encerramento da Cúpula, a ministra Marina Silva leu uma mensagem do presidente Lula e classificou a COP 30 como a "COP da verdade". Contudo, os compromissos anunciados foram interpretados por muitos militantes como destoantes das movimentações e dos resultados concretos esperados para a conferência, aprofundando a percepção de um descompasso entre a retórica oficial e as demandas reais das bases. Na carta final, ficou claro que, apesar da ampla programação distribuída em seis eixos temáticos no decorrer da Cúpula, a participação efetiva de organizações populares foi limitada por mecanismos de controle político, falta de transparência e improvisação organizativa, o que reforçou a influência de grupos alinhados ao financiamento internacional.

A plenária final refletiu essas contradições: intervenções de movimentos menores foram reduzidas, e a elaboração da carta final ocorreu de forma pouco aberta. Na audiência pública, representantes da Cúpula apresentaram o documento, sem espaço para falas de outras organizações.

Marcha dos povos pelo Clima

Um dia antes da entrega da Carta, foi realizada a Marcha dos Povos pelo Clima no dia 15 de novembro, que reuniu mais de 70.000 pessoas nas ruas de Belém, configurando-se como um marco das lutas populares durante a COP. A presença massiva dos povos originários, bem organizados, com cantos, pinturas, faixas e lideranças à frente, revelou que as lutas indígenas são vitais para qualquer projeto sério de enfrentamento à crise climática.

O PCBR e a UJC concentraram-se com outras organizações no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, às 7h da manhã, e marcharam em bloco unificado, denunciando o papel do capitalismo na destruição dos territórios e na produção da catástrofe ambiental.

Política

Sobre a prisão de Jair Bolsonaro

“O fascismo apenas pode ser combatido como capitalismo, como a forma de capitalismo mais nua, sem vergonha, mais opressiva e mais traiçoeira.” [Bertolt Brecht, 1935]

Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

O Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário vem a público comemorar a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, realizada na manhã de sábado (22/11). A prisão de Bolsonaro foi realizada preventivamente, sob suspeita de tentativas de fuga que estariam sendo organizadas por seus filhos e apoiadores. O processo, julgado no STF, condenou Bolsonaro e vários de seus consortes a mais de 27 anos de prisão por sua tentativa de golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023.

Não podemos, no entanto, entender a prisão de Bolsonaro como uma vitória da grande mobilização das massas. Ao contrário, o desfecho parecia certo desde o princípio, porque uma parte da classe dominante brasileira entendeu que a instabilidade de suas práticas poderia ameaçar o regime democrático-burguês (o “Estado democrático de direito”). O STF foi o principal sujeito político dessa medida, e não podemos esquecer que é o mesmo STF que sistematicamente vem aprovando medidas contrárias à classe trabalhadora, como a sanção à terceirização irrestrita, ao trabalho intermitente e, mais recentemente, com a suspensão dos processos trabalhistas de reconhecimento de vínculo empregatício contra as fraudes das MEIs (pejotização). Não foi a grande mobilização da classe trabalhadora organizada, com independência de classe, que impôs essa prisão, mas as próprias disputas das frações da classe dominante.

Os verdadeiros crimes de Bolsonaro contra a classe trabalhadora, particularmente durante a pandemia, em que mais de 700 mil brasileiros foram mortos devido às medidas decididas pelo governo (desde atraso na aquisição de vacinas até a fragilidade das medidas de isolamento social, passando por toda a sua agitação pseudocien-

tífica contrária às vacinas), não foram julgados, porque correspondem aos interesses do grande capital. A Reforma da Previdência, que ataca diretamente os aposentados e pensionistas do INSS, foi sancionada em seu governo e não foi julgada como o crime contra a classe trabalhadora que representa; a independência do Banco Central (ou, como é na realidade, sua dependência irrestrita ao grande capital) foi sancionada por ele em 2021, e nada foi feito. Alexandre de Moraes, principal figura do julgamento de Bolsonaro, é um defensor da economia de plataforma e de não entender nem os mínimos direitos trabalhistas aos entregadores de aplicativo.

As contrarreformas e ataques à classe trabalhadora aprovados nos últimos anos e defendidos por Bolsonaro seguirão vigentes mesmo com sua prisão. A Reforma Trabalhista, os Tetos de Gastos (tanto do governo Temer, quanto do governo Lula), a Reforma da Previdência e, se aprovada, a Reforma Administrativa continuam tendo apoio de toda a classe dominante e dos governos, independentemente se de extrema-direita ou se social-liberais.

Por mais que a prisão desse representante grotesco do grande capital encha os corações de milhões de brasileiros de esperança, não podemos dar como certa a derrota da extrema-direita ou das forças fascistas por essa causa. O fascismo, como expressão política da solução de força do grande capital monopolista com apoio massivo de camadas médias e militares, é um produto do capitalismo. As lições da história nos demonstram que, se não cortarmos o mal do fascismo pela raiz do capitalismo, essas expressões seguirão aparecendo, porque servem à manutenção da ordem do capital.

Hoje, em nível internacional, partidos e organizações no movimento dos trabalhadores pregam uma doutrina que opõe, como contradição

fundamental na sociedade, a democracia (burguesa) ao fascismo, e, baseando-se nessa doutrina, defendem a possibilidade de um capitalismo humanizado. Desprezando a teoria científica da luta de classes e a necessidade de superação do capitalismo via a transição revolucionária ao socialismo-comunismo, essas expressões da “política burguesa para o proletariado” desarmam os trabalhadores para a necessária construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados. A prisão de Bolsonaro será utilizada por essas mesmas forças políticas para demonstrar sua vitória e, assim, buscar consolidar sua visão como a única alternativa; outras ainda, seguirão agitando o perigo do fascismo como elemento para que novamente essa posição oportunista seja seguida pela classe trabalhadora.

Nós consideramos que essa visão é absolutamente nociva ao movimento dos trabalhadores, em escala global. No mundo todo, a gestão burguesa feita pela social-democracia e pelo social-liberalismo, no geral, tem sido um solo fértil para o desenvolvimento da extrema-direita, justamente porque compartilham entre si a manutenção do capitalismo como seu norte de possibilidades, apesar de suas diferenças em métodos. Apenas a ditadura do proletariado, a forma revolucionária de governo dos trabalhadores, pode exercer a repressão necessária contra figuras burguesas fascistas, como Bolsonaro, para que essas expressões sejam enterradas na tumba do capitalismo, junto com ele.

Como tem feito desde seu XVII Congresso, o PCBR seguirá atuando na organização e esclarecimento da classe trabalhadora e da juventude para o combate frontal ao capitalismo e na construção do socialismo-comunismo, certo de que não bastam as prisões das lideranças fascistas se seguirmos sendo explorados e oprimidos pelo capital que os apoia.

Revista Comunista Internacional é lançada em edição impressa no Brasil



Foto: Jornal O Futuro

Na tarde de 8 de novembro, em São Paulo, o PCBR organizou um debate fundamental para o avanço do movimento revolucionário brasileiro. Comemorando os 108 anos da Revolução Russa e apresentando quais são as lições históricas derivadas desse acontecimento inigualável, os membros do Comitê Central do Partido deram as suas contribuições para o fortalecimento e esclarecimento ideológico do Partido e da classe trabalhadora.

No debate, também uma novidade foi apresentada ao público brasileiro: depois de muitas edições, o PCBR retomou, conforme decidido em seu XVII Congresso (Extraordinário), o lançamento da Revista Comunista Internacional em português. A apresentação da edição nº 13, de 2024, sobre as guerras imperialistas não tem apenas importância do ponto de vista teórico, mas do pon-

to de vista político e prático. Vivemos um mundo de intensificação das disputas imperialistas e, como a história comprova, é nesse momento que as pressões ideológicas da burguesia se acentuam para colocar o proletariado de cada país a seu lado.

Trazendo ao debate tanto as lições estratégicas da Revolução Russa, quanto a visão comunista sobre a disputa de consciência por meio da propaganda e como se desenvolve e se constrói o internacionalismo proletário nos dias de hoje, o evento teve um grande sucesso, sendo transmitido ao vivo e estando disponível para o amplo público no YouTube do Partido.

Em breve, a Revista Comunista Internacional poderá ser adquirida por todos para compra online, e já pode ser solicitada para os comitês e células do Partido em todo o país.

Economia

Nubank impõe retorno presencial e escancara a contradição entre o discurso de liberdade e a exploração

Lucro bilionário, controle digital e o fim da autonomia: a empresa que se dizia símbolo de inovação repete o velho autoritarismo do capital financeiro.

Por Maíra Nery

O Nubank, a fintech que construiu sua imagem sobre o mito da “liberdade roxa”, impôs o retorno presencial obrigatório a milhares de trabalhadores. A decisão foi tomada de forma unilateral, sem diálogo e sob o silêncio imposto pelo medo da demissão. O banco, que nasceu vendendo uma imagem de autonomia, agora impõe submissão — e revela, mais do que nunca, a distância entre o marketing da modernidade e a realidade concreta da exploração.

A medida vem acompanhada de um discurso cínico sobre “fortalecer a cultura interna” e “aumentar a colaboração”, termos que servem apenas para mascarar o que realmente está em jogo: o controle sobre o tempo, o corpo e a vida do trabalhador. Muitos empregados contratados para funções remotas, inclusive de outros estados, foram pressionados a se mudar para São Paulo ou a pedir desligamento. O suposto “trabalho flexível” transformou-se em um regime de coerção.

Durante uma reunião interna por Zoom, com cerca de sete mil empregados, a indignação explodiu no chat. Comentários críticos à decisão foram punidos com demissões sumárias: doze trabalhadores foram desligados em retaliação — gesto de autoritarismo típico das corporações que pregam “cultura horizontal” enquanto esmagam a liberdade de expressão e o direito à resistência.

E o que torna esse ataque ainda mais escandaloso é que não há crise alguma que o justifique. Em 2025, o Nubank registrou receitas de 3,7 bilhões de dólares — crescimento de quase 40% em relação ao ano anterior — e lucro líquido de 637 milhões de dólares, um salto de mais de 42%. O retorno sobre o patrimônio chegou a 28%, e a base de clientes alcançou 122,7 milhões em três países, consolidando o banco digital como um dos mais lucrativos do continente. Ou seja: não se trata de necessidade econômica, mas de ganância organizada em forma de gestão. A “volta ao escritório” é, na prática, um retorno ao chicote disfarçado de cultura corporativa.

O CEO David Vélez alegou que o trabalho remoto gerou “custos invisíveis”. Invisíveis apenas para quem enxerga o mundo pela ótica do lucro. Para quem vive do trabalho, os custos são concretos: o tempo roubado no trânsito, o cansaço físico e mental, o fim da autonomia conquistada e a quebra de rotinas que permitiam cuidar de si e de suas famílias. O “custo invisível” é o da liberdade que o capital tolera.

Mas o problema é também estrutural. O centro das metrópoles



Logo do Nubank na Bolsa de Valores de Nova York. Foto: Brendan McDermid/ Reuters

brasileiras concentra escritórios, transporte público precário, altos custos de moradia nas regiões centrais e longas distâncias entre moradia e emprego. Estudos apontam que, na região metropolitana de São Paulo, o tempo de deslocamento por transporte coletivo é uma das principais barreiras à acessibilidade ao trabalho — especialmente para quem vive nas periferias ou em cidades-satélite.

Para muitos trabalhadores contratados remotamente, o modelo home office representava uma alternativa concreta: evitar o trânsito exaustivo, o custo elevado do transporte e o desgaste da vida longe dos centros. Forçar o retorno presencial significa obrigar quem mora em estados ou regiões periféricas a se deslocar ou mudar de cidade — ou perder o emprego. Em um país com alto desemprego e profundas desigualdades regionais, a maioria dos funcionários fora do Sudeste se vê condenada a escolher entre abandonar a família, reestruturar a vida ou aceitar a demissão. Esse deslocamento forçado atinge com mais gravidade quem já vive em vulnerabilidade territorial: a promessa de liberdade virou o dever de migrar.

Entre os funcionários do Nubank, cresce o clima de tensão. A promessa de um “ambiente leve e inovador” deu lugar à vigilância permanente. Softwares de monitoramento, câmeras, métricas de produtividade e reuniões de “performance” tornaram-se rotina. A vigilância que antes era apenas digital agora se soma ao físico — uma dupla prisão: o olho do software e o olho do patrão no escritório. Com a obrigatoriedade do retorno, o trabalhador não escapa da botnet corporativa. O banco instala o sujeito dentro de suas paredes, sob registro de jornada, crachá, controle de presença e métricas de interação.

E essa lógica não é exclu-

siva do Nubank. O Itaú Unibanco, outro gigante do setor financeiro, demitiu cerca de mil funcionários em regime remoto ou híbrido sob a justificativa de “baixa produtividade” detectada por softwares de monitoramento — teclado, cliques e navegação. É o capital digitalizando o velho autoritarismo de fábrica, transformando cada tecla, cada segundo sem tarefa visível, em motivo de punição. O “trabalho flexível” converteu-se em algoritmo, vigilância e terror laboral.

O controle, antes exclusivamente digital, agora se soma ao controle físico: o corpo no escritório. Trata-se de uma estratégia dupla de disciplinamento. Se antes o trabalhador podia resistir no remoto, diluindo o controle, agora está recluso em um espaço vigiado. O retorno presencial não tem a ver com “colaboração”, mas com reafirmação de poder. A máquina do capital financeiro exige o olho vivo do patrão, a presença corporal como sinal de submissão, a rotina diária como ritual de disciplina.

O que está em jogo vai além de um modelo de trabalho. Trata-se da luta entre o capital financeiro e quem gera sua riqueza: os trabalhadores. Cada nova regra imposta, cada hora arrancada, cada corpo obrigado a voltar ao escritório é uma reafirmação do poder patronal — o mesmo poder que veste terno digital, mas tem alma de fábrica do século XIX.

O fim do remoto não é sobre produtividade, é sobre subordinação. É o capital reafirmando que só existe trabalho sob seus olhos, dentro de suas paredes, sob suas câmeras. Mas a revolta que explodiu no Zoom mostra que, mesmo diante da repressão, há consciência e coragem. Os demitidos do Nubank se tornam símbolo de uma nova etapa da luta de classes no setor financeiro: a batalha pela vida, pelo tempo, pela dignidade

e pelo direito de não ser reduzido a uma máquina de lucros.

Enquanto o banco afirma valorizar “pessoas e inovação”, na prática submete seus funcionários à lógica do lucro imediato e do esgotamento constante. As mesmas tecnologias usadas para “empoderar clientes” servem para controlar trabalhadores. O mesmo banco que se diz “revolucionário” é hoje a expressão mais sofisticada do velho capital financeiro — agora digitalizado, gamificado e travestido de modernidade.

O caso do Nubank expõe o esgotamento do modelo de “capitalismo cool”, que tenta conciliar inovação tecnológica com exploração extrema. Por trás dos escritórios coloridos e dos discursos de “propósito social”, há o mesmo mecanismo de extração de mais-valia, agora mediado por telas e métricas. A promessa de liberdade virou marketing; o futuro do trabalho virou retrocesso; e o discurso de pertencimento virou instrumento de submissão.

Enquanto o banco lucra bilhões, trabalhadores enfrentam burnout, insegurança e medo. A retórica de “empresa humanizada” cai por terra diante de uma realidade em que a produtividade é medida em cliques e a dignidade se torna variável de custo. O roxo que simbolizava liberdade agora tinge o mapa do medo: medo de falar, de reclamar, de não performar, de ser substituído por uma máquina.

A cultura corporativa do banco, que se dizia horizontal e diversa, tornou-se uma ferramenta de disciplinamento ideológico. A diversidade é celebrada nos slogans, mas reprimida nas práticas: não há espaço para dissensão, crítica ou recusa. O roxo virou a cor da coerção. A demissão dos doze trabalhadores é uma mensagem direta: quem questiona, paga com o próprio emprego. Mas também é um sintoma do medo que o capital tem de uma classe trabalhadora que pensa, fala e se organiza.

Em tempos de lucros recordes e vigilância total, resistir é mais do que necessário: é uma questão de sobrevivência. O desafio colocado aos trabalhadores do setor bancário é romper o isolamento imposto pelas telas e reconstruir laços de solidariedade real. Porque o futuro que o Nubank vende é o mesmo velho presente do capitalismo: lucro para poucos, controle para muitos e liberdade para ninguém.

Enquanto o lucro cresce e o controle se intensifica, cresce também a necessidade de organização e resistência. Cada trabalhador que se levanta contra o autoritarismo patronal carrega nas mãos a centelha capaz de incendiar a máquina fria do capital.



Famílias protestam contra a Chacina da Penha e do Alemão, em frente ao Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado do RJ. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Segurança Pública

A mobilização dos moradores da Penha e do Alemão na denúncia do terrorismo de Estado

Enquanto o Estado desumaniza o povo negro periférico, moradores dos complexos, sobretudo as mulheres, demonstram a força da organização da classe trabalhadora, que desde o início pressionou incansavelmente pelo fim da chacina.

Com o número oficial de 121 mortes, superando o massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, a chacina promovida nos Complexos do Alemão e da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no dia 28 de outubro não apenas reflete a política de extermínio implementada pelo atual Governador Cláudio Castro (PL) e seu partido, mas um sistema marcado, em seu cerne, pelas desigualdades de raça e classe.

Como se não fossem humanos, os assassinados pela coordenação do Comando de Operações Especiais (COE), pela PM e equipes da CORE tiveram seus corpos descartados nas matas da localidade do Complexo da Penha, sendo apenas retirados pelos próprios moradores. Houve relatos de ao menos um corpo decapitado, de vítimas com tiros na nuca, em aparente execução, e de mãos sem digitais.

Para além do luto, as famílias precisaram lidar também com diversos obstáculos impostos ao tentar reconhecer e liberar os corpos de seus entes queridos encaminhados ao Instituto Médico Legal (IML).

A luta pelo direito ao reconhecimento das vítimas

Como parte da mobilização de denúncia do massacre ocorrido, moradores e familiares das vítimas recolheram cerca de 70 corpos na área de mata da favela, segundo relatos locais. Os corpos foram enfileirados pelos próprios moradores, em um processo de reconhecimento informal dos familiares, na Praça São Lucas, no Complexo da Penha. Dessa mobilização inicial, surgiram imagens tragicamente históricas e que vêm sendo fortemente exploradas pela grande mídia na divulgação da brutalidade que o Governador e seu Secretário de Segurança, Victor Santos, classificaram como uma “vitória”

Os trabalhadores que residem nas favelas desses complexos sofreram com 15 horas de puro terrorismo de Estado. A operação policial foi iniciada às 6h da manhã e teve seu encerramento, de acordo com a própria Polícia Militar, por volta das 21h. Durante todo esse tempo, mi-

lhares de moradores, dentre os mais de 280 mil que vivem no Complexos da Penha e do Alemão, não conseguiam sair de suas casas.

Outros milhares foram colocados sob o risco do fogo cruzado pela necessidade de chegarem a seus trabalhos e tiveram encontraram dificuldades também na volta às suas casas pela permanência dos confrontos; estudantes deixaram de ir às aulas porque as escolas e universidades, bem como 6 unidades de saúde básica que atendem a região dos Complexos, foram obrigadas a suspender suas atividades.

Contudo, o que se via na cobertura de jornais da mídia burguesa sobre a manifestação dos familiares em frente ao Instituto Médico Legal (IML), ocorrida dois dias após a chacina, eram elementos que destacavam, de forma negativa, os impactos sobre o trânsito de uma manifestação que durou menos de meia hora e foi reprimida com truculência policial.

Esse ato marcou um novo momento da luta dos familiares das pessoas vitimadas na chacina

quando, por mais uma vez, tiveram que lutar por maiores informações para garantir o reconhecimento e a liberação dos corpos. De acordo com os parentes das vítimas, o IML teria informado que encerraria os trabalhos naquele momento e, portanto, ninguém poderia fazer mais o reconhecimento naquela tarde. Diversos parlamentares também já haviam tido suas entradas bloqueadas em meio à busca por informações sobre as vítimas.

A partir disso, iniciou-se a manifestação que fechou o trânsito como forma de amplificar a denúncia do ocorrido naquele local. A manifestação foi liderada por mulheres que, ajoelhadas e de mãos dadas, formavam um cordão humano na Avenida Francisco Bicalho, no Centro do Rio de Janeiro, e pediam a liberação dos corpos. A PMERJ reagiu jogando spray de pimenta nas manifestantes, mas também em jornalistas e parlamentares que acompanhavam o ato e registravam sua dispersão truculenta.

Outros dois relevantes atos de denúncia da chacina foram or-



Famílias fecham a Avenida Francisco Bicalho, em frente ao IML, em protesto pela liberação dos corpos das vítimas da chacina. Foto: Léo Martins / Agência O Globo

ganizados pelos moradores e movimentos populares dos Complexos. O primeiro deles, realizado em frente ao Palácio Guanabara, no dia seguinte à operação, reuniu moradores e dezenas de motociclistas. Já o segundo, realizado no dia 31 de outubro, ocorreu na Vila Cruzeiro, uma das favelas que compõem o Complexo da Penha, e reuniu milhares de pessoas.

Além do elevado número de corpos recebidos em um curto período de tempo, o que sobrecarregou momentaneamente as capacidades do IML em garantir os reconhecimentos, houve um outro ponto que dificultou o andamento do trabalho: a Polícia Civil anunciou que os exames seriam realizados pelos peritos legistas do estado, negando, dessa forma, até mesmo o auxílio da Polícia Federal.

As redes de apoio na luta contra a violência de Estado

Enquanto os familiares passavam por todas as consequências do luto e dos trâmites desgastantes em frente ao IML, integrantes da Rede de Proteção de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência do Estado (RAAVE) se somaram no apoio jurídico, psicossocial e material – incluindo a distribuição de café e suco – para familiares que estavam desamparados nas calçadas, impedidos de entrar na instituição enquanto aguardavam por informações.

Como divulgado pela Agência Brasil, as cem mães que constituem a organização são bolsistas de extensão pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuando em mais de dez núcleos na região metropolitana do estado, ressaltando a importância da constância na luta. Foram elas que, em muitos momentos, direcionaram os familiares das vítimas do massacre, explicando como funcionava o processo no IML, assim como o transporte do corpo para aqueles habitantes de outros estados.

Para a Folha de S.Paulo, o advogado Guilherme Pimentel, atual coordenador da RAAVE, enfatiza que a organização defende a criação de uma política pública baseada nos

“Pontos de Acolhimento, Justiça e Cuidado”, espaços esses onde seriam promovidos cafés da manhã, saraus e rodas terapêuticas com essas famílias. São esses os ambientes que favorecem não apenas o cuidado mútuo, mas também o debate contínuo sobre a violência que atravessa essas comunidades.

Desde o início, os militantes de direitos humanos presentes, além de defensores públicos e parlamentares, destacaram a necessidade de amplificar a pressão sobre os órgãos de Estado para a garantia de liberação de informações e de acesso aos corpos das vítimas da chacina.

Ainda durante a realização da chacina, o Estado já demonstrava as barreiras criadas para o acesso a informações da operação policial. O secretário da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Marcelo de Menezes, já afirmava em coletiva de imprensa que “imagens [das câmeras corporais] podem ter sido perdidas” devido à “durabilidade” das baterias.

Contudo, após o pedido de informações do STF sobre a operação, no bojo do processo da ADPF das

Favelas, ficou demonstrado, como aponta apuração da CNN Brasil, que menos da metade dos policiais das “forças de elite” do Rio de Janeiro, como o BOPE e a CORE, utilizavam os equipamentos. No BOPE apenas 77 agentes, dos 215 mobilizados, estavam equipados, enquanto na CORE foram 57 câmeras distribuídas entre os 128 policiais presentes.

A luta das famílias e das redes de apoio transformava, por diversos meios, a dor em um eco que passava a reverberar por todo o Brasil. Diversos atos foram organizados em denúncia da chacina por todo o país no mesmo dia 31 de outubro em que o ato no Complexo foi organizado pelos moradores.

Após as repercussões das ações em frente ao IML, propagadas por mídias digitais e na imprensa, foi realizada uma reunião puxada pelas presidências das Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da ALERJ e, posteriormente, a convocação daqueles que ainda não tinham feito o reconhecimento dos corpos de seus entes queridos em meio ao caos.

Naquele mesmo dia, as ministras Macaé Evaristo (Direitos Humanos e da Cidadania) e Anielle Franco (Igualdade Racial) foram ao Complexo da Penha para ouvir os moradores em reunião na sede da Central Única de Favelas (CUFA), localizada no Complexo da Penha. Somaram-se também a essa reunião representantes de várias comunidades e parlamentares federais, estaduais e municipais.

Casos como esse escancaram a desumanização e a criminalização dos trabalhadores que residem nas favelas e periferias do país pelo Estado burguês e pelos aparelhos de propaganda da burguesia, a mídia hegemônica, que, antes mesmo da apuração de quaisquer informações, já anunciavam a versão oficial das polícias, que tratava todas as vítimas como bandidos. Enquanto isso, aos policiais eram reservados os espa-

ços de humanização, com repetitivas exposições de nomes, histórias familiares e de suas carreiras.

As vítimas eram, de imediato, julgadas e condenadas pela grande mídia, que, sob o verniz de “imparcialidade”, as tratou como *bandidas* – e, como decorrência, *passíveis de serem exterminadas* –, antes mesmo do reconhecimento dos corpos e da checagem dos mais de 100 mandados expedidos pela justiça. Dessa forma, buscava-se a naturalização dos assassinatos em um país que sequer adota pena de morte.

Tal situação configura um cenário em que ao mesmo tempo em que se direcionam investimentos para a militarização da segurança, são deixadas de lado políticas públicas para essa parcela grande da população atingida pela violência, decorrida do acirramento da política de “guerra às drogas” no país.

Esse massacre foi pontual pela sua extensão, mas não pela sua determinação. Não à toa, os familiares – e em especial as mães – de vítimas de outras operações se colocaram como agentes do processo de acolhimento às vítimas da violência de Estado. Muitas dessas pessoas que trabalharam no acolhimento também foram vítimas das consequências, por exemplo, da Chacina do Jacarezinho, realizada em 2021 e comandada pelo mesmo Governador.

A própria existência de organizações populares que dão suporte jurídico, psicossocial e material às vítimas vivas, que carregarão consigo por toda a vida o peso da barbárie e do terrorismo de Estado – sendo o caso da RAAVE apenas um entre diversas organizações de direitos humanos atuantes no país –, demonstra que os episódios de violência contra a classe trabalhadora moradora das favelas não são casos isolados, mas demonstrações permanentes da violência de Estado e do controle social imposto pela classe dominante às parcelas mais pobres do proletariado brasileiro.



Famílias, durante o sepultamento de Ravel Rios, carregavam cartazes de protesto exigindo a liberação de imagens das câmeras corporais dos policiais. Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Economia

Banco Central: trabalhadores devem ser punidos para proteger investidores

A decisão, em 5 de novembro, do Copom (a diretoria colegiada do Banco Central que decide a política monetária do país) de manter a taxa Selic em 15% é frequentemente apresentada como um ato de prudência técnica, um gesto necessário para “ancorar expectativas” e assegurar a convergência da inflação para a meta oficial. Contudo, por trás da linguagem neutra da credibilidade e da estabilidade, encontra-se uma escolha profundamente política que expressa, com clareza notável, a estrutura de classes e a subordinação internacional, algo característico da economia brasileira, uma economia de *capitalismo dependente*.

O efeito mais imediato e evidente de uma taxa de juros tão elevada é a proteção dos interesses dos credores, bancos, fundos de investimento, rentistas e investidores estrangeiros. Uma Selic em patamar tão alto assegura rendimentos elevados e praticamente sem risco para os detentores de títulos públicos. Em um país com dívida pública amplamente indexada à taxa básica, cada ponto porcentual acrescenta bilhões aos cofres dos que vivem de renda financeira, transferindo valor da sociedade para os segmentos mais abastados.

A própria ata do Copom, divulgada em 11 de novembro, deixa transparecer esse compromisso ao mencionar a necessidade de preservar uma postura de “cautela” diante da incerteza externa. O que se formula como prudência técnica é, na prática, a reafirmação da prioridade absoluta de manter os ativos brasileiros competitivos no circuito global de capitais. Quando o Comitê fala em volatilidade internacional, risco geopolítico ou incerteza fiscal doméstica, está explicitando para seu público fundamental, o mercado financeiro, que o Banco Central manterá a rentabilidade dos títulos públicos protegida a qualquer custo.

Essa lógica se reforça quando a ata menciona a necessidade de preservar um diferencial elevado em relação aos juros internacionais, garantindo fluxo de capital para dentro do país. É o clássico dilema das economias periféricas, juros altos não por necessidade macroeconômica doméstica, mas para satisfazer movimentos especulativos globais e estabilizar uma moeda estruturalmente fragilizada.

Aumentar o desemprego e disciplinar a classe trabalhadora

Mas há um segundo objetivo, muito menos discutido de maneira explícita, para o qual a taxa de juros em níveis elevados é empregada: disciplinar a classe trabalhadora.



Reprodução/Foto: Pedro Ladeira/Folhapress

plinar a classe trabalhadora.

Cada vez que o Copom menciona “mercado de trabalho apertado”, “inflação de serviços” ou o risco de “pressão salarial”, está descrevendo o conflito de classes embutido no processo inflacionário. Na prática, o regime de metas de inflação opera, sobretudo na periferia, como um mecanismo institucionalizado de contenção do poder de barganha dos trabalhadores. Seu funcionamento está centrado apenas no controle da demanda agregada via aumento do desemprego, com o objetivo de interromper qualquer possibilidade de aumento generalizado dos salários e, assim, proteger as taxas de lucros dos empresários. A política monetária atua como um mecanismo de disciplinamento social que mascara, sob a linguagem técnica da “estabilidade”, a reprodução das hierarquias próprias do capitalismo dependente.

Em um contexto em que o desemprego se aproxima de níveis relativamente baixos, a política monetária se converte num dispositivo de coerção silenciosa. Ao esfriar a atividade econômica para conter supostas pressões inflacionárias, o Banco Central reduz o poder reivindicatório dos trabalhadores e limita sua capacidade de pressionar por melhores salários, jornada digna e condições de trabalho adequadas. O resultado é conhecido, a pressão organizada dos trabalhadores se torna insuportável para os grandes conglomerados empresariais. Portanto, com os juros elevados, os sindicatos são enfraquecidos, negociações coletivas dificultadas, salários comprimidos e uma vasta massa de trabalhadores precarizados. Tudo isso para preservar a taxa de lucro das empresas e a rentabilidade dos detentores de ativos financeiros.

Pressões externas revelam falta de soberania monetária

Além de expressar o conflito distributivo interno, a decisão do Copom revela, com nitidez, a posição subordinada do Brasil no sistema capitalista global. As economias dependentes, caracterizam-se por estruturas produtivas fragmentadas, inserção subordinada no comércio internacional e uma profunda vulnerabilidade financeira que reduz drasticamente sua autonomia de política econômica. Nesse contexto, a política monetária deixa de ser um instrumento de desenvolvimento interno e se converte em um mecanismo de gestão da dependência.

Em países como o Brasil, a liberdade formal do Banco Central é severamente limitada pela mobilidade internacional do capital e pela fragilidade histórica da moeda doméstica. O real, como moeda periférica, não cumpre funções internacionais relevantes, não é reserva global de valor, não é meio de pagamento fora das fronteiras e não serve como denominador de contratos financeiros internacionais. Isso obriga o país a aceitar, quase passivamente, a hierarquia mundial de moedas, em que o dólar e, em menor grau, o euro, define o padrão global de segurança monetária.

Nesse sentido, as economias periféricas só conseguem atrair capitais quando oferecem remuneração suficiente para compensar o risco percebido pelos investidores globais. Assim, a taxa Selic elevada é justificada como necessária não apenas para conter pressões inflacionárias, mas para manter um diferencial significativo em relação aos juros praticados pelos Estados Unidos. Em outras palavras, o Brasil precisa pagar caro para ser

escolhido como destino de capital financeiro volátil, reforçando o mecanismo de subordinação que caracteriza sua condição dependente.

A vulnerabilidade cambial, fruto dessa posição assimétrica, atua como uma camisa de força. Sempre que o banco central estadunidense eleva seus juros, aumenta a atração do capital mundial para os Estados Unidos, drenando recursos das economias periféricas. Diante disso, o Banco Central brasileiro tende a subir a Selic não porque a inflação doméstica o exige, mas porque precisa defender o câmbio para evitar desvalorização abrupta, choques de preços e riscos de instabilidade financeira. A política monetária, assim, passa a responder prioritariamente aos ciclos internacionais e não às necessidades dos trabalhadores brasileiros.

O resultado é que a política monetária se orienta fundamentalmente por critérios de credibilidade financeira internacional, e não por objetivos de garantir um mercado de trabalho aquecido com aumentos reais nos salários. As prioridades do país são invertidas, proteger o câmbio torna-se mais urgente do que proteger empregos; atrair capital especulativo torna-se mais importante do que fomentar inovação; satisfazer investidores estrangeiros torna-se mais decisivo do que garantir direitos sociais. Trata-se de uma lógica de funcionamento típica das economias dependentes, em que a soberania formal convive com uma profunda submissão estrutural.

Essa subordinação aparece também na estrutura produtiva. A economia brasileira é marcada pela especialização em bens primários, dependência de tecnologia externa, de capitais externos e até de insumos importados para parte significativa de sua atividade produtiva. Qualquer oscilação cambial se transforma rapidamente em pressão inflacionária, levando o Banco Central a reagir com a única ferramenta que domina, a elevação de juros. Em vez de reduzir a vulnerabilidade estrutural, a política monetária reforça o ciclo, juros altos atraem capital especulativo, apreciam artificialmente o câmbio, prejudicam empregos e aprofundam a dependência de importações, criando novos motivos para elevar juros no futuro.

Enquanto o país permanecer preso a essa estrutura, moeda frágil, inserção internacional subordinada, dependência tecnológica e captura do Estado por frações rentistas, sua política monetária continuará sendo menos um instrumento de soberania nacional e mais um mecanismo de reprodução da dependência.

Economia

Governo Lula envia reajuste menor que o previsto para o salário mínimo em 2026

Com novas regras desde o ano passado, o reajuste do salário mínimo é limitado, com foco nas metas fiscais do governo.

Com o projeto do orçamento previsto para 2026, o texto enviado ao Congresso no final de agosto deste ano prevê um aumento de 7,44% no salário mínimo, que será fixado em R\$ 1.631,00 a partir da remuneração referente a janeiro, que é paga em fevereiro. O texto deve ser aprovado e enviado para sanção do Presidente até 22 de dezembro. Importante destacar que a forma do cálculo foi alterada no final do ano passado.

Em 2025, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 1.518,00, saindo de R\$ 1.412,00, com reajuste de 7,5%. No final de 2024 foi sancionada uma nova regra que limita o reajuste do salário mínimo a 2,5% acima da inflação, no período de 2025 a 2030, para cumprir com o teto de gastos. As informações foram veiculadas em diversos canais da mídia tradicional, como AQUI e AQUI, e mesmo pelo governo. Pela regra até então vigente, o mínimo seria reajustado pela inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do PIB de dois anos antes, contando com a possibilidade de maior ganho real na massa salarial da classe trabalhadora. Com a nova medida, por mais que o PIB tenha um crescimento superior a 2,5%, o reajuste estará limitado a este valor.

Em 2023, por exemplo, o PIB cresceu 3,2%, mas pela regra implementada no final daquele ano, o reajuste se deu considerando apenas a inflação mais 2,5%. Já no reajuste desse ano, pela regra anterior o reajuste seria considerado somando a inflação mais o crescimento do PIB de 3,4% em 2024. Além disso, pela fórmula anterior, o valor em 2025 deveria ser de R\$ 1.525,00, enquanto que o mínimo de 2026 seria R\$ 1.644,00. A diferença nos dois anos corresponde a uma perda de R\$ 18,00.

Com relação a limitação imposta, o foco do governo foi, e continua sendo, o ajuste fiscal e as metas de redução das despesas públicas, atendendo às pressões de setores da burguesia com acesso amplo ao planalto. Com a lei do salário mínimo aprovada, o governo prevê uma economia de R\$ 15,3 bilhões em cinco anos. O que acontece é que, a

cada R\$ 1,00 de aumento no salário mínimo, estima-se um aumento de R\$ 392 milhões nas despesas governamentais, principalmente em razão da Previdência Social e dos benefícios que são impactados diretamente pelo valor do mínimo.

Dentre as verbas que estão atreladas ao valor do salário mínimo, estão diversos benefícios e as aposentadorias a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Assim, existem todas as aposentadorias (por idade, tempo de contribuição, invalidez), cujo valor mínimo é definido pelo salário mínimo vigente, também a pensão por morte, o auxílio por incapacidade temporária, o auxílio-reclusão, e ainda o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), que não é propriamente previdenciário, mas que é vinculado ao mínimo. As aposentadorias que têm valor de um salário mínimo correspondem a 70% das aposentadorias e alcança 28 milhões de segurados.

Portanto, há um desdobramento para milhões de pessoas, que são diretamente afetadas pelo valor definido para o salário mínimo e sua forma de cálculo. Dentre as medidas para controlar as despesas, estão previstas no PL 4614 de 2024, aprovado no Congresso com apoio do governo, além da limitação do salário mínimo estão outras regras que impactam benefícios assistenciais como o BPC/LOAS. Dentre as restrições também se alterou a forma de contar a renda das famílias para fins de cumprimento dos requisitos, já que o BPC e outros mecanismos de proteção social ficaram incluídos no cálculo da renda familiar. Desse modo, famílias com mais de um beneficiário podem ter valores reduzidos e mesmo excluídos. O ataque ao benefício gerou mobilizações pelo país, sendo um exemplo as entidades integrantes da Cúpula Regional da América Latina e Caribe sobre Deficiência que dirigiram uma carta ao Presidente Lula criticando o referido projeto de lei.

Destaca-se que são 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. 19% são analfabetos e analfabetas, e com os menores índices de

renda, escolaridade e inserção no mercado formal de trabalho. Para famílias de pessoas com deficiência o Benefício de Prestação Continuada – BPC é a única maneira de garantir sobrevivência com alguma dignidade.

Outro ponto merecedor de destaque é o fato de que o Bolsa Família não terá qualquer reajuste em 2026. O valor base permanecerá em R\$ 600,00, repetindo 2025, 2024 e 2023, apesar da inflação. Mostra-se uma preocupação exclusivamente focada nas metas fiscais, mas com o agravante de que os cortes penalizam mais quem mais precisa.

E o problema desses reajustes abaixo do que seria possível, representando cortes e contenção de despesas às custas dos mais pobres, é que a inflação não acontece de forma igual para todos os produtos, nem afeta do mesmo modo toda a população. Os índices por meio dos quais se mede o aumento dos preços são medidos a partir de uma cesta de produtos e por faixa de renda, sendo o IPCA, por exemplo, toma por base as compras de pessoas com renda entre 1 e 40 salários mínimos. Já o INPC, que é a base para o cálculo do reajuste no salário mínimo, abrange a população com renda de até 5 salários mínimos.

De maneira resumida, a inflação é a medida do quanto os preços em geral aumentaram em um período. Ela pode acelerar, quando o aumento de um mês é maior do que o do mês anterior, ou desacelerar quando o aumento do mês seguinte é menor. Pode haver também deflação, que é quando os preços caem em vez de aumentar.

Para medir a inflação, são pesquisados uma ampla variedade de produtos, incluindo gastos com alimentação, saúde, vestuário, transporte e habitação. Sendo que a inflação é a variação média desses preços, com aplicação de um peso por grupo. O problema é que em alguns casos a fórmula pode esconder a alta de alguns produtos que impactam muito mais o orçamento das famílias do que outros.

Segundo dados do IBGE, em boletim mensal que apura a mudan-

ça de preços no grupo de alimentos, verificou-se que entre outubro e os doze meses antecedentes, em nove oportunidades a inflação de alimentos ficou maior do que os índices de inflação geral. Isso é particularmente preocupante porque o grupo de alimentos é um dos que mais compromete o orçamento, e essa diferença o reajuste do salário mínimo não cobre, já que é medido pelo cálculo geral somado ao teto de 2,5%.

A inflação de alimentos, pelos dados até outubro, ficou em 6,26%, considerando os 12 meses anteriores. Segundo o IBGE, entre setembro de 2024 e maio de 2025, alimentos e bebidas verificaram nove meses de alta e, apesar de estar em queda nos últimos cinco meses, o índice ainda é maior do que a inflação geral que serviu de base para o reajuste do salário mínimo, situação que acaba fazendo com que o poder de compra do trabalhador vá sendo perdido ao longo do tempo.

O governo tem usado como forma de controlar a inflação, a definição de uma meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, principal entidade responsável pela política da moeda e do crédito no país. E enquanto o CMN define a meta da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne a cada 45 dias para definir a taxa básica de juros, a SELIC, que cumprirá o papel de controlar a atividade econômica e segurar a alta dos preços. O que significa tornar o crédito mais caro e diminuir o consumo. Atualmente a taxa básica de juros segue no patamar de 15%.

Esses mecanismos utilizados pelo governo para segurar a alta nos preços têm impactos na vida das pessoas, já que algumas despesas não são uma questão de escolha, principalmente para quem tem faixas de renda menores, isso pode ser visto com destaque na questão do Bolsa Família que sequer teve seus valores reajustados, e no salário mínimo, com reajuste abaixo do crescimento do PIB, esmagando o poder de compra das pessoas e segurando o consumo “na marra”.

HO HO HO...



Sindical

Banco do Brasil pressiona para aumentar a jornada de trabalho dos bancários



Ato contra a jornada de 8h em frente ao Edifício Sede III do Banco do Brasil. Reprodução/Foto: SEEB-DF

Por Rhuan Maciel

Na noite do dia 2 de outubro, o Banco do Brasil (BB) surpreendeu os trabalhadores ao anunciar uma reunião obrigatória para a manhã seguinte em todas as diretorias, com a pauta intitulada “Movimentos Estruturantes”. A repentina convocação gerou imediato temor e apreensão na categoria, visto que anúncios súbitos dessa natureza são historicamente associados a mudanças que impactam negativamente as condições de trabalho. Durante o encontro, a direção comunicou mudanças nos cargos de assessoramento, introduzindo a discutível “oportunidade de adesão voluntária” a vagas com jornada de 8 horas.

Essa medida visa alterar a relação de trabalho dos assessores, cuja jornada diária é atualmente de 6 horas, conforme estabelece o Artigo 224 da CLT: “A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.” Neste novo ataque, o BB estipula que 25% desses setores devem ser convertidos em cargos de 8 horas diárias. Além disso, existe uma grande chance do Banco do Brasil realizar um novo aumento de 25% no próximo período, atingindo, portanto, metade dos trabalhadores do setor. Embora o assalariamento seja proporcional ao aumento da jornada, a medida se traduz em um aumento do tempo de trabalho sem ganho real por hora trabalhada para a categoria.

Após o anúncio, todos os gerentes das diretorias foram instruídos a conduzir reuniões para mensurar a recepção às mudanças.

A resposta foi largamente negativa, expondo um clima de insatisfação generalizada. O movimento de pressão velada e a necessidade de a gerência intermediária atuar como porta-voz dessas medidas não apenas reforçaram a apreensão e a resistência da base, como também evidenciaram a precarização dos gerentes de baixo escalão, cuja remuneração se aproxima dos assessores de nível mais alto que eles próprios gerenciam.

Além disso, a categoria tem observado uma corrosão salarial contínua e alarmante, impulsionada por reajustes pífios em Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) bianuais, resultando em ganho real quase inexistente. Essa desvalorização fica evidente no reajuste de setembro deste ano, de apenas 5,68%, que sequer repõe integralmente o custo de vida sentido na capital paulista, com o índice de inflação de 5,72%, reforçando a perda real do valor dos salários. No entanto, a verdadeira dimensão da queda do poder de compra é revelada pela comparação histórica com o salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE: se em agosto de 1995 o salário de ingresso no BB (cerca de R\$ 732,00) estava quase em paridade com o mínimo do DIEESE (R\$ 723,65), hoje, em outubro de 2025, o salário de ingresso de R\$ 4.189,05 para o escriturário está mais de 41% abaixo do valor necessário para a subsistência de uma família (R\$ 7.116,83). Essa queda brutal na equivalência, que em menos de três décadas transformou o salário de referência da categoria em um valor insuficiente, demonstra que a adesão à jornada de 8 horas não é uma escolha, mas sim uma obriga-

ção financeira imposta pelo estrangulamento salarial histórico.

Esta nova investida soma-se à drástica redução salarial imposta aos funcionários do BB a partir de 2020, com o programa “Performa”. Sob o pretexto de “busca constante de eficiência e de manter a competitividade da empresa”, o banco promoveu cortes que, em alguns casos, atingiram até 40% da remuneração dos bancários. Essa parcela fixa foi transferida para o Programa de Desempenho Gratificado (PDG), uma renda variável na qual apenas 40% dos funcionários com melhor desempenho fariam jus a uma gratificação que, teoricamente, poderia atingir até quatro salários anuais.

A discutível “adesão voluntária” às 8 horas de jornada se revela uma tática de coerção. Diante da corrosão histórica do poder de compra, da precarização imposta pelo programa “Performa” e dos reajustes insuficientes que fazem a categoria perder em relação ao salário mínimo, a oferta de um cargo de jornada estendida com reajuste proporcional, ou seja, sem aumento real por hora, é, na verdade, uma obrigação financeira velada. O Banco do Brasil capitaliza sobre o estrangulamento salarial preexistente, forçando os trabalhadores a venderem mais duas horas de seu dia apenas para mitigar perdas e garantir uma remuneração minimamente digna.

Diante da gravidade da situação, a resposta mais visível partiu do Sindicato dos Bancários de Brasília (SEEB/DF), região mais afetada pela reestruturação das diretorias. Mas sua atuação se insere na linha sindical cutista que historicamente tem contribuído para o apassivamento da categoria. O sindicato

tem concentrado seus esforços em duas frentes limitadas: a tradicional e lenta batalha judicial, delegando a defesa dos direitos aos tribunais, e a realização de atos e protestos de caráter notadamente performático em frente aos grandes edifícios do BB. Essa estratégia busca visibilidade e denuncia o ataque, mas recorre a instrumentos de pressão que não promovem a mobilização e a auto-organização da base, transformando a resistência em rituais controlados, reflexo da burocracia que há décadas pauta a luta da categoria bancária.

A crise do sindicalismo praticado pela CUT, evidenciada pelas sucessivas derrotas das últimas décadas, demonstra que a luta por direitos não pode ser terceirizada aos tribunais ou a rituais midiáticos. É imperativo que a categoria bancária, protagonista de greves históricas, retome o controle de seus instrumentos de luta. A superação da burocracia e o enfrentamento real ao arrocho salarial exigem que os trabalhadores se autoorganizem, retomem a disputa dos sindicatos e construam um sindicalismo a partir da base, classista e independente. Em resposta a essa necessidade e à crise de representação, surge a Alternativa Bancária DF - Reconstrução pela Base. Este movimento, composto por bancários da ativa e aposentados do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BRB, é a tentativa concreta de resgatar a perspectiva de enfrentamento, trazendo para a base a responsabilidade pela luta direta contra a gestão do capital financeiro. A batalha contra a jornada de 8 horas é, portanto, um campo de testes crucial para o futuro da organização da categoria.



CONHEÇA A ALTERNATIVA BANCÁRIA DF!

A categoria enfrenta salários achatados, metas abusivas, demissões e assédio, enquanto os grandes bancos lucram bilhões. A Alternativa Bancária do Distrito Federal (ABDF) questiona a burocratização do sindicato e defende a reconstrução pela base, com combatividade, democracia interna e o fortalecimento de pautas como isonomia salarial e reajuste real. O Manifesto da ABDF conclama os bancários a organizarem uma oposição forte e participarem da luta.

Mais informações:



Juventude

Muito além da fraude: escândalo do ENEM expõe o modelo excludente do ensino superior brasileiro

Vazamento de questões revela não apenas falhas de segurança, mas a lógica de um modelo que terceiriza a educação, precariza o acesso e mantém milhões fora da universidade.

A poucos dias da aplicação do Enem, Edcley Teixeira, um universitário que afirma vender consultoria, realizou uma live no Youtube, onde ‘previu’ ao menos cinco questões quase idênticas às que caíram na prova oficial. A divulgação rápida do fato desencadeou uma onda de indignação entre estudantes de todo o país e provocou uma crise no Ministério da Educação.

A transmissão mostrou o jovem resolvendo supostos itens de um simulado, mas que coincidiam com questões inéditas que apareceram no exame. O episódio levantou suspeitas de vazamento, pressionou o Inep a agir e alimentou acusações sobre fragilidade na segurança do processo seletivo mais importante do país. A partir do momento em que o caso ganhou repercussão nacional, estudantes começaram a se mobilizar nas redes sociais e em grupos de WhatsApp e Telegram, criando o Movimento Nacional Anula o Enem, que já reúne mais de 16 mil seguidores no Instagram. Os integrantes afirmam que a credibilidade da prova foi abalada e que, diante do suposto vazamento, a única medida justa seria a anulação da edição de 2025. Pressionam ainda por manifestações presenciais e ações coordenadas para cobrar uma resposta mais rígida das autoridades.

O Inep, responsável pelo exame, confirmou que três das questões exibidas na live eram realmente inéditas e decidiu anulá-las preventivamente, classificando a medida como técnica e necessária para preservar a isonomia entre os participantes. Ao mesmo tempo, acionou a Polícia Federal para investigar o episódio, que o Ministério da Educação definiu como “um caso de polícia”. Em meio ao avanço do movimento estudantil pela anulação total do exame, o ministro da Educação, Camilo Santana, publicou um vídeo nesta sexta-feira (21) afirmando que não há qualquer possibilidade de cancelamento da prova. “Queria tranquilizar a cada um de vocês que fizeram a prova. O Enem não será cancelado”, declarou. Santana reforçou que a investigação está em andamento e que o governo não permitirá que irregularidades

comprometam a credibilidade do processo, mas que anular o exame colocaria em risco todo o cronograma de acesso ao ensino superior. A fala do ministro, porém, não diminuiu a revolta dos estudantes que se sentem prejudicados. Nas redes sociais, relatos apontam frustração, cansaço emocional e sensação de injustiça diante de um suposto vazamento que atinge diretamente quem está disputando uma vaga nas universidades públicas.

A crise desencadeada pelas suspeitas de fraude no Enem 2025 reacendeu um debate que há anos permanece à margem das discussões públicas: o papel que o exame cumpre dentro de um processo mais amplo de mercantilização da educação no Brasil. O vazamento grave, injustificável e que exige investigação rigorosa funciona, no entanto, como um ponto de entrada para algo maior do que um episódio pontual de irregularidade.

É exatamente isso que ocorre com o Enem. Desde sua implementação, o exame está atravessado pela lógica da terceirização: empresas privadas elaboram itens, corrigem provas, operam sistemas e atuam em consórcios que movimentam dezenas de milhões de reais. Essa estrutura nasceu ainda na ditadura empresarial-militar, quando instituições como a Fundação Cesgranrio se consolidaram no mercado dos vestibulares. Mas o problema é ainda mais profundo. Não se trata apenas de como o exame é aplicado, mas do próprio fato de existir um filtro seletivo para acessar a universidade pública.

A reestruturação, nos anos 1990, redefiniu a educação superior como setor estratégico para a economia, e não para a democratização do conhecimento. Privatização, expansão do EAD, cortes orçamentários, metas de desempenho e incentivos diretos ao setor privado foram apresentados como modernização, mas, na prática, ampliaram o papel do mercado no interior do sistema educacional. E todo esse processo foi alimentado por dinheiro público, injetado por meio de isenções fiscais, programas de financiamento estudantil e políticas que ampliaram a dependência do setor privado. O

Estado passou a subsidiar o lucro de conglomerados educacionais enquanto a expansão de vagas públicas permaneceu insuficiente.

O resultado está colocado: hoje, quase 90% das instituições de ensino superior do país são privadas, e o EAD tornou-se um dos setores mais lucrativos da economia brasileira. Em 2007, a abertura de capital de grandes grupos educacionais consolidou a financeirização do ensino: universidades transformadas em holdings, fusões bilionárias, oligopólios e estudantes tratados como clientes dentro de um ciclo orientado à captação e retenção.

Programas de financiamento estudantil, como Fies e Prouni, vendidos como instrumentos de democratização, tornaram-se engrenagens de endividamento da juventude. Ao longo de 26 anos, o Fies foi a única alternativa para milhões de estudantes de baixa renda acessarem o ensino superior, mas também produziu uma das maiores crises de inadimplência da educação brasileira.

Dizer que o Enem democratiza o acesso à universidade pública é ignorar como o exame opera na prática. Ele seleciona e legitima desigualdades históricas. Quem não entra nas públicas é empurrado para o mercado privado de ensino superior, onde grandes grupos lucram com mensalidades altas e cursos massificados. O próprio Estado alimenta esse ciclo ao subsidiar vagas privadas para “atender a demanda”, reforçando a ideia de que a iniciativa privada é mais eficiente na oferta da “mercadoria educação”.

Quando o acesso ao ensino superior depende de desempenho em provas altamente padronizadas, acirra-se a busca por preparação especializada. Cursos, plataformas digitais, escolas privadas com alto investimento pedagógico tornam-se não apenas complementos, mas etapas quase obrigatórias para quem quer “competir em pé de igualdade”. Isso cria um paradoxo evidente: um exame que deveria democratizar o acesso acaba reforçando a desigualdade que diz enfrentar.

Por isso, a pergunta central não é “quem vazou o Enem?” ou

“quem se beneficiou da fraude?”, embora essas questões sejam legítimas e mereçam resposta. A questão estrutural é outra: Por que ainda existe vestibular? Por que o país não garante vagas públicas suficientes para que todos que desejem cursar o ensino superior possam fazê-lo, sem serem submetidos a uma corrida de obstáculos que funciona historicamente como filtro de classe, raça e território?

O escândalo do Enem não expõe apenas falhas de gestão. Ele revela um modelo inteiro de educação superior que, desde sua origem, opera com bases privatistas e excludentes. Um modelo em que o Estado se tornou avaliador e regulador, mas não garantidor do direito à educação. Diante de todo esse percurso histórico do ensino superior no Brasil e da forma como ele se estruturou para servir aos interesses do capital, é preciso afirmar com clareza o problema central não é técnico, é político. A falta de vagas nas universidades públicas não é fruto de incapacidade administrativa, mas de um projeto consciente de Estado que mantém o ensino superior como privilégio para poucos enquanto subordina a educação à lógica do valor de troca.

Os erros e falhas no Enem deste ano, embora graves, acabam funcionando para reforçar uma ideia enganosa de que o acesso ao ensino superior depende apenas de corrigir “problemas técnicos”. Isso desvia o olhar do essencial: mesmo sem fraude, mesmo com a prova funcionando perfeitamente, a imensa maioria dos jovens da classe trabalhadora seguiria de fora da universidade. A estrutura atual já foi desenhada para isso. Enquanto o projeto de educação estiver subordinado à lógica do lucro, da competição individual e da expansão do setor privado e não à garantia de direito, universalidade e formação humana, a exclusão será a regra. O que estamos vendo agora não é um ponto fora da curva, mas a continuidade de um modelo que naturaliza que milhões fiquem de fora e que a universidade se torne cada vez mais um mercado, e não um espaço público de produção de conhecimento, ciência e crítica social.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Sindical

A mobilização dos trabalhadores contra a Reforma Administrativa

Por Caio Andrade.

A mobilização de 29 de outubro mostrou que quando trabalhadores rompem com a passividade e ocupam as ruas, o tabuleiro da luta de classes se move. Não se trata apenas de uma disputa entre sindicalistas e parlamentares; é uma disputa sobre o destino do serviço público, quem paga a conta do arcabouço fiscal e quem colhe os frutos das alianças com o grande capital.

Desde o início de 2025, ao assumir a presidência da Câmara dos Deputados, Hugo Motta tem buscado emplacar a Reforma Administrativa como marco de sua gestão. A sãna neoliberal de Motta reflete o seu empenho em atender os interesses das frações burguesas interessadas em reduzir os custos do Estado e abrir espaço para mais privatizações e terceirizações.

Contudo, a campanha unificada das entidades sindicais que representam os trabalhadores do serviço público está cumprindo o papel de desmascarar essa proposta. Nesse contexto, em meio à piora da percepção pública sobre manobras legislativas e ataques aos direitos dos servidores públicos, cerca de 25 deputados já tinham retirado suas assinaturas da PEC 38 até o fim de novembro.

O parlamento burguês pressiona pela Reforma Administrativa como elemento de aprofundamento da agenda neoliberal, complementando ataques anteriores, como a PEC do Teto, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e a Reforma do Ensino Médio. Com esse intuito, diversos atalhos regimentais para acelerar o processo estão sendo testados. Vários jornais divulgaram que Motta poderia incluir trechos da reforma em outra PEC, apontando para a tática de fragmentar o conteúdo e buscar vias alternativas para driblar a resistência popular e acelerar a tramitação da matéria.

Entrevistado pelo Congresso em Foco, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do grupo de trabalho da Reforma Administrativa, declarou que, por decisão do presidente da Casa, o texto será enviado diretamente ao plenário, sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nem por comissão especial. Confirmando as notícias que circularam anteriormente, o parlamentar fluminense afirmou



Mobilização em Brasília reuniu sindicatos, movimentos sociais e partidos. Foto: Jornal O Futuro.

que o apensamento da sua proposta a outra PEC com o mesmo caráter permitirá o rito abreviado.

Menos de duas semanas após a rejeição da PEC da Blindagem pelo Senado, o Grupo de Trabalho coordenado por Pedro Paulo apresentou um relatório com mais de 500 páginas, contendo propostas que consolidam a ofensiva contra pilares fundamentais do serviço público, como a estabilidade, além de mecanismos que expandem as terceirizações e a entrega de serviços essenciais ao mercado. A crítica a essa movimentação tem sido feita pelas entidades sindicais dos servidores, que vêm denunciando os riscos e impactos desse retrocesso sobre a qualidade e a independência do serviço público.

O argumento da “modernização”, utilizado na cruzada pela reforma, contrasta com os efeitos práticos apontados por sindicatos e fóruns, que alertam para a precarização de vínculos, perda de autonomia técnica e transferência de custos para trabalhadores e usuários dos serviços, especialmente em áreas sensíveis como saúde, educação e assistência social. Nos materiais das entidades, a Reforma Administrativa é desvelada como mais uma etapa de uma sequência de ataques que reorganizam o Estado a favor de um padrão de acumulação rentista e primário-exportador, sem ganhos concretos de eficiência ou de acesso universal aos serviços.

A rejeição da PEC da Blindagem no Senado, após fortes protestos, tornou-se ponto de inflexão. A trama acendeu o alerta em setores populares e ampliou o desgaste de manobras legislativas para beneficiar ricos e poderosos. Nesse am-

biente, ficou mais difícil prosperar a falácia de “ajuste técnico”, evidenciando a rejeição das massas a um parlamento que legisla em causa própria enquanto pauta medidas que prejudicam a maioria da população. No plano político, tal quadro ajudou a conter a Reforma Administrativa, ao menos temporariamente.

Em resposta à PEC 38 e à omissão do governo e de grandes centrais na defesa ativa do serviço público, entidades independentes e sindicatos de diversas regiões organizaram a Marcha Nacional Contra a Reforma Administrativa, com paralisações por todo o país, convergindo para Brasília no dia 29 de outubro.

No dia 29 de outubro, cerca de 20 mil trabalhadores ocuparam a Esplanada dos Ministérios exigindo o arquivamento da PEC 38. As entidades que acompanharam o ato registraram a composição diversa — servidores federais, estaduais e municipais, docentes, profissionais de saúde, trabalhadores de áreas administrativas, entre outros — e destacaram a unidade construída para enfrentar o pacote de retrocessos.

O efeito político foi rápido: a pressão dos trabalhadores levou vários deputados a retirarem assinaturas da PEC 38, sinalizando recuo e fragilidade da base de apoio imediato à tramitação. Os relatos das entidades e de veículos alinhados à pauta dos servidores registram esse movimento como vitória tática importante, abrindo uma janela para a contra-ofensiva dos servidores públicos.

Após a Marcha, a PEC 38 perdeu fôlego com a retirada de apoios, e a articulação em torno de sua votação ficou mais instável. Porém, a presidência da Câmara ainda tem

algumas cartas na manga — principalmente fatar conteúdo e acoplar trechos da Reforma Administrativa a outras PECs — para contornar o desgaste e manter viva a agenda. Essa possibilidade, aventada publicamente, indica que a disputa não se encerrará na tramitação formal da PEC 38, exigindo vigilância permanente sobre a pauta.

A Marcha Nacional do Serviço Público Contra a Reforma Administrativa cumpriu um papel muito importante na conjuntura, contribuindo para conter o avanço da PEC 38. Mas isso não significa que os servidores conseguiram uma vitória definitiva. Em momentos de acirramento das lutas, a Câmara historicamente recorre a manobras regimentais e negociatas para aprovar medidas impopulares quando a atenção pública diminui. Por isso, é necessário manter o estado de mobilização e ampliar o trabalho de agitação nas bases.

Fazendo um balanço dos rumos do movimento até aqui, algumas lições se destacam. Primeiro, a marcha de 29/10 provou que a articulação entre servidores de diferentes setores e regiões produz efeitos práticos na disputa, isto é, a presença nas ruas e a mobilização elevam o custo político de apoiar a Reforma Administrativa; segundo, o risco de “fatiamento” e apensamento da Reforma a outras PECs exige acompanhamento e resposta rápida, com capacidade de comunicação; terceiro, mas não menos importante, a caracterização da Reforma como “modernização” precisa ser confrontada com dados concretos sobre precarização, terceirização e impactos na qualidade dos serviços.

A Marcha Nacional trouxe vitórias concretas: expôs a natureza privatista da Reforma, forçou recuos e abriu uma brecha importante para reorganizar a resistência. Mas, frente ao caráter de classe do parlamento em um país capitalista como o Brasil, não se pode baixar a guarda. Os trabalhadores empenhados em construir um movimento sindical combativo e independente tem diante de si o desafio de expandir a organização nos locais de trabalho e preparar as próximas batalhas. A mensagem de 29/10 é simples e direta: sem luta, a Reforma avança; com luta, ela recua — e pode ser derrotada.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

